

Luana Frigulha Guisso  
Ivana Esteves Passos de Oliveira (orgs.)

# DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES 5

**Teoria e prática em educação,  
ciência e tecnologia**

Luana Frigulha Guisso e  
Ivana Esteves Passos de Oliveira (orgs.)

# **DIÁLOGOS**

# **INTERDISCIPLINARES 5:**

## **Teoria e prática em educação, ciência e tecnologia**

1ª edição

Vitória  
Diálogo Comunicação e Marketing  
2023



*Conselho Editorial*

Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes

Dra. Luana Frigulha Guisso

Dra. Ivana Esteves Passos de Oliveira

Dra. Sônia Maria da Costa Barreto

Dra. Tatiana Gianordoli

Dra. Juliana Martins Cassani

# Apresentação

A concretização do imaginado, consubstanciado em métodos analíticos do pesquisador. Eis que se delineia a quinta edição do e-book Diálogos Interdisciplinares – teoria e prática em educação, ciência e tecnologia, um compilado de artigos produzidos pelos alunos e seus orientadores no curso de Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC).

Em mais essa edição podemos evidenciar a emancipação de mestrands, por meio da relação docente-discente, o professor, investido como orientador e revestido da missão de educador e emancipador do sujeito em interlocução. Uma relação prenunciada em Paulo Freire, como de construção e expansão mútua, constituído em uma espécie de “poder envolvente”.

A edição de número 5 traz como conteúdo pesquisas que abarcam a educação infantil e suas estratégias lúdicas, a importância do acompanhamento do pedagogo no ensino e aprendizagem, as práticas pedagógicas da educação quilombola, jogos pedagógicos, entre outras pesquisas que nos levam a refletir sobre nosso meio e também sobre o nosso cotidiano.

Cada um dos artigos evidencia a inquietação e a preocupação dos alunos e professores em promover debates a partir da realidade educacional, em vertentes e ambientes diversos. Com um percurso metodológico e uma revisão teórica singulares, discentes e docentes manejam o conhecimento para adentrar de maneira peculiar e singular o empreendimento de pesquisar o campo de estudo, tecendo, um caminho próprio de argumentação no processo de intervenção nas realidades escolhidas como contexto de estudo.

Em cada locus está o convite ao olhar ímpar de cada pesquisador, como no perscrutar das estratégias lúdicas em processos de ensino e aprendizagem, na habilidade de ensinar e aprender em um centro de Educação Infantil, na busca de marcas de cidadania e inclusão de estudantes com Síndrome de Down, nas práticas pedagógicas em uma comunidade Quilombola em que se analisou particularidades multiculturais, na aplicação do uso de jogos pedagógicos e seus benefícios para o letramento.

Ou ainda, procurando marcas autoridade para conter a indisciplina na escola. Ou no uso de metodologias ativas em sala de aula, no ensino de frações,

em práticas pedagógicas direcionadas ao EJA, nos hábitos alimentares no ambiente escolar, e, até mesmo, nas questões de estudos climáticos, em pesquisas sobre esportes; como o vôlei como prática esportiva, mediante a aplicação de técnicas determinadas.

A diversidade de olhares se apresenta nesse e-book nas investigações e fundamentações teóricas, e na parceria entre educando e educador, traduzindo-se uma obra que nos faz refletir de forma abrangente. Desse modo, convidamos você a participar desta coletânea de artigos.

Um grande abraço,

***Luana Frigulha Guisso e Ivana Esteves Passos de Oliveira***

# Sumário

ESTRATÉGIAS LÚDICAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM: UMA PESQUISA-AÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	10
Andressilda Graça Santos Benevides e Nilda da Silva Pereira	
A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO DO PEDAGOGO NO ENSINO APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE PRESIDENTE KENNEDY/ES .....	31
Angelita Alves Almeida e Luciana Moura	
ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO BÁSICA .....	63
Brunela Lima Borges e Márcia Araújo de Araújo	
AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO CMEI BEM ME QUER: AVANÇOS E DESAFIOS .....	88
Cristina Pereira Baiense e Márcia Araújo de Araújo	
JOGOS PEDAGÓGICOS: UM ESTUDO SOBRE SEUS BENEFÍCIOS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO .....	100
Dalvina Costa Fontana e Sônia Maria da Costa Barreto	
INDISCIPLINA ESCOLAR: O QUE PENSAM OS PROFESSORES DO 5º ANO ENSINO FUNDAMENTAL DE PRESIDENTE KENNEDY-ES .....	116
Delcenir Porto Costalonga e Luana Frigulha Guisso	

APLICAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL 1 DAS ESCOLAS QUILOMBOLAS JIBOIA E ORCI BATALHA EM PRESIDENTE KENNEDY/ES .....	137
Katia de Souza Merence	
FATO OU FAKE – COMO LIDAR COM AS FAKE NEWS EM SALA DE AULA .....	155
Kêmeron Chagas dos Reis Almeida e Pablo Ornelas Rosa	
QUALIDADE NUTRICIONAL E ACEITABILIDADE DA MERENDA ESCOLAR NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO .....	185
Lívia França Costa e Luciana Barbosa Firmes Marinato	
O PLANEJAMENTO ESCOLAR PARA O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NA SALA DE AULA .....	204
Marcela de Orequio Fernandes Machado e Sara Dousseau Arantes	
ENSINO HÍBRIDO: UM ESTUDO QUANTITATIVO SOBRE A PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA 2002-2021 .....	225
Marcelo Silva Bolzan e Anilton Salles Garcia	
O ENSINO DE FRAÇÕES PARA UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA EM PRESIDENTE KENNEDY/ES – 6º ANO .....	238
Neila Alves Moreira dos Santos e André Luis Lima Nogueira	
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE CONTRIBUEM PARA A PERMANÊNCIA DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS DA EMEF “BOM SUCESSO” MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS - ES .....	251
Rita de Cássia Machado Gambarine e André Luis Lima Nogueira	



ESTRATÉGIAS DE LEITURA COMO RECURSO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DENTRO DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO .....	271
Silvana Aparecida Faria Santos e Luciana Teles Moura	
A IMPORTÂNCIA DOS BONS HÁBITOS ALIMENTARES NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA ....	290
Vilma Alves Ramos Talyuli e Daniel Rodrigues da Silva	
APLICAÇÃO DAS TÉCNICAS DO VÔLEI DE PRAIA NO MUNICÍPIO DE MARATAÍZES-ES – CONSIDERAÇÕES ACERCA DA INFLUÊNCIA CLIMÁTICA .....	310
Weverton Santos de Oliveira e José Roberto Gonçalves de Abreu	
OS AUTORES .....	327

# AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO CMEI BEM ME QUER: AVANÇOS E DESAFIOS

*Cristina Pereira Baiense*  
*Márcia Araújo de Araújo*

## 1. INTRODUÇÃO

A Lei 9.394/96, Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), regulamentando este ordenamento, introduziu uma série de inovações em relação à Educação Básica, dentre as quais, a integração das creches nos sistemas de ensino compondo, junto com as pré-escolas, a primeira etapa da Educação Básica: A Educação Infantil. Esta lei evidencia o estímulo à autonomia das unidades educacionais na organização flexível de seu currículo e a pluralidade de métodos pedagógicos desde que assegurem a aprendizagem e reafirma os artigos da Constituição Federal acerca do atendimento gratuito em creches e pré-escolas.

É importante salientar, no entanto, que embora a criança da educação infantil esteja em desenvolvimento, ela traz consigo uma série de conhecimentos prévios que a constituem como sujeito ativo no processo de ensino e aprendizagem, ao passo de que ela já entra em contato com a educação formal trazendo uma bagagem de informações e aprendizados provenientes da sua interação com a sua comunidade, sua família, fazendo com que sofra influências históricas e culturais desse contexto do qual faz parte.

Sabendo disso, é possível compreender que ao atuar em uma escola inserida em um contexto quilombola, os sujeitos envolvidos nesse ensino sofrem influência dessa realidade e esta precisa ser considerada durante a atuação docente do profissional que desenvolve uma ação pedagógica com os alunos dessa instituição.

Considerando que estes aspectos pontuados alinhado ao fato de a primeira infância representar uma etapa muito singular e relevante no desenvolvimento

infantil e que um fazer docente de qualidade pode fazer a diferença na vida acadêmica da criança, busca-se compreender com esse estudo responder à problemática: Será que as práticas pedagógicas dos professores de educação infantil que atuam no CMEI “Bem-Me-Quer”, localizada no município de Presidente Kennedy – ES, estão alinhadas ao contexto de educação quilombola, da qual a instituição faz parte?

Assim, esse estudo teve por objetivo analisar se as práticas pedagógicas realizadas pelos professores do CMEI “Bem-me-quer” estão alinhadas à educação quilombola, valorizando a cultura local.

## **2. DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NA PRIMEIRA INFÂNCIA**

Os negros africanos, que trouxeram consigo uma grande bagagem cultural, que influenciou diretamente na cultura brasileira, foram classificados como mercadoria e sua participação na história foi desconsiderada, apesar de terem assumido um papel fundamental na construção das riquezas do país que se formava (SILVA, 2021).

Assim, considerando a necessidade urgente de incluir no currículo escolar conteúdos relacionados às contribuições dos povos africanos para a nossa história e, principalmente, promover uma educação democrática e igualitária que respeite e valorize as diferenças étnicas, foi criada a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura dos africanos e afro-brasileiros.

Considerando que os valores não são inatos, mas sim, construídos ao longo da formação do indivíduo, é papel da escola fomentar a construção de uma consciência étnico-racial em seus estudantes, por meio de práticas pedagógicas, desde os primeiros contatos com a educação formal, visando desenvolver o respeito e a valorização do próximo e de sua cultura.

No que se refere à educação quilombola, esta precisa ser considerada ao envolver um público que tem como contexto esse tipo de cultura, tão específica

e que exige um olhar tão atento por parte dos profissionais que atuam nessa realidade, pois é necessário planejamento e estratégias específicas que retratam as riquezas e contribuições desses povos.

Para planejar as aulas relevantes para alunos da educação infantil, assim como de qualquer outra etapa da educação básica, é fundamental que o professor esteja a par das necessidades dos alunos, bem como do contexto em que os mesmos estão inseridos. Assim, ao atuar em uma comunidade quilombola, é importante que o docente busque se capacitar para isto, conhecendo sobre a história da comunidade em questão e a história do seu povo, de modo que esteja preparado para incluir esse conhecimento em suas aulas. Segundo resolução CNE/CEB nº 08/2012 entende-se por quilombos:

I - os grupos étnico-raciais definidos por auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica; II - comunidades rurais e urbanas que: a) lutam historicamente pelo direito à terra e ao território o qual diz respeito não somente à propriedade da terra, mas a todos os elementos que fazem parte de seus usos, costumes e tradições; b) possuem os recursos ambientais necessários à sua manutenção e às reminiscências históricas que permitam perpetuar sua memória.

III - comunidades rurais e urbanas que compartilham trajetórias comuns, possuem laços de pertencimento, tradição cultural de valorização dos antepassados calcada numa história identitária comum, entre outros. (BRASIL, 2012, Art. 3º)

A resolução mencionada estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação quilombola na educação básica, buscando orientar a atuação nas instituições brasileiras e, entre outros objetivos, garantir o acesso dos alunos a uma educação contextualizada, que respeite as singularidades dos alunos atendidos, cujas escolas “considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus

processos próprios de ensino e aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico”. (BRASIL, 2012, Art. 6º)

Embora a educação étnico-racial já faça parte do currículo da educação básica, sob orientação da Base Nacional Comum Curricular, abordar a educação quilombola considerando a representatividade da comunidade local é muito importante, pois trata especificamente da cultura de um povo que tem isso como influência direta na sua vivência. Sobre isso, Maroun (2019, p. 102) defende que:

[...] faz-se necessária, também, a inclusão do (re) conhecimento de grupos étnicos, como o exemplo das comunidades quilombolas. Apesar de atravessadas pelo debate étnico-racial, as comunidades quilombolas possuem especificidades que a colocam no patamar de grupos étnicos, submetidos a políticas públicas diferenciadas, com destaque para as políticas fundiárias, oriundas da auto atribuição e do reconhecimento dos grupos enquanto remanescentes de quilombos.

Carvalho (2014) também defende a abordagem realizada na educação infantil voltada para comunidades quilombolas por considerar “a importância de seus significados sociais e culturais”, já que inegavelmente, a cultura quilombola representa uma diversidade de contribuições relevantes em vários aspectos, como música, arte, dança e, além disso, traz consigo uma história de lutas e vitórias que cabe explicitar aos educandos de forma que seja possível manter viva esta cultura e proporcionar autoestima ao apresentar toda a riqueza histórica pertencente ao seu povo.

Diante disso, criar estratégias para garantir a presença de um ensino que abarque esses conteúdos se faz essencial, no que concerne à educação quilombola, de modo que permitam à criança estar em contato com a bagagem cultural e histórica relacionada diretamente ao seu contexto representa a busca por uma educação de qualidade e igualitária, que respeite as particularidades de cada aluno e o respeite, enaltecendo sua cultura e influenciando na construção da sua identidade.

### 3. RESULTADO E DISCUSSÃO

A comunidade em que está inserida o CMEI “Bem-me-quer” é reconhecida como quilombola desde o ano de 2005 e possui aspectos da cultura que mantém vivos, como o jongo, amplamente difundido nas comemorações e festividades realizadas.

O estudo, de abordagem qualitativa, se deu por meio de um estudo de caso realizado na instituição, a partir da aplicação de um questionário eletrônico com os sujeitos participantes. Em relação aos sujeitos, estes foram selecionados utilizando como critério a atuação no CMEI “Bem-me-quer”, considerando os profissionais que trabalharam na instituição nos anos de 2020 e 2021. Ao total, 17 professores aceitaram participar da pesquisa, sendo eles 15 do sexo feminino e dois do sexo masculino, com idade entre 20 e 45 anos.

Durante a elaboração do instrumento de pesquisa, houve interesse em compreender o olhar dos docentes que atuam no CMEI “Bem-me-quer” e, principalmente o conhecimento dos mesmos acerca da educação quilombola e suas especificidades.

Sendo assim, a primeira questão buscava saber: Você tem conhecimento de que o CMEI “Bem Me Quer” está inserida em uma comunidade Quilombola? Se sim, tem ideia do que isto significa?

Para essa pergunta, todos os 17 participantes afirmaram saber da caracterização da instituição como escola quilombola, porém apenas seis associaram esse fato ao significado real do que isso significa. Os demais apenas explicaram que a escola é quilombola por fazer parte de um território quilombola, sem mencionar a necessidade de um trabalho específico voltado à preservação da cultura local.

Segundo Silva (2019, p. 6), “nos referimos a educação quilombola as práticas desenvolvidas nos espaços de vivência dos quilombolas, que expressam memória, ancestralidade, identidade negra e quilombola, ou seja, a cultura de um povo”. Sabe-se, portanto, que a escola quilombola se insere em um contexto cuja região ocupada por remanescentes de negros escravizados, foi reconhe-

cida pela sua historicidade como quilombola, preservando seus costumes e tradições, passadas pelos antepassados e ensinadas as novas gerações como forma de manter a sua cultura.

A segunda questão buscava saber do professor: Você tem conhecimento sobre o que é a Educação Quilombola?

Três dos 17 participantes afirmaram não saber ou saber pouco sobre o que é educação quilombola. Os demais afirmaram saber do que se trata, definindo, em termos gerais, como a educação oferecida a alunos que frequentam escolas quilombolas, respeitando sua história, cultura, valores, religiões e todos os demais aspectos que representam as singularidades desses povos e seu contexto..

Nessa perspectiva, considerando a relevância da educação quilombola como movimento de luta, é essencial que os professores que atuam na instituição entendam essa importância para realizar um trabalho que tenha como foco o cumprimento das Diretrizes para a Educação Quilombola, direito da criança, buscando manter as tradições e trabalhando a valorização da identidade da criança quilombola e sua história.

Na questão 3, também foi questionado aos profissionais: Você considera importante conhecer o contexto da instituição escolar no planejamento das aulas? Para essa questão, todos os profissionais concordaram que é necessário oportunizar à criança um ensino que considere o contexto social da instituição e do próprio educando, apontando que compreender a realidade local da instituição permite um direcionamento e um planejamento que vise atender às necessidades do educando e da comunidade escolar.

Conforme orientam as Diretrizes curriculares para a educação quilombola, pensar na prática docente na educação quilombola exige que o professor tenha o cuidado de atuar de acordo com o contexto da escola quilombola, em todas as etapas e modalidades do ensino, sendo função da União, dos Estados e municípios garantir “a construção de propostas de Educação Escolar Quilombola contextualizadas” (BRASIL, 2012, Art. 2º). Sendo assim, não é possível que o docente atinja

um aprendizado que seja realmente relevante para a criança sem considerar sua realidade, sua vivência e todos os aspectos que interferem na sua forma de ser e estar no mundo, já que a aprendizagem se torna efetiva quando faz sentido para o educando e, para que isso aconteça, é fundamental que seja contextualizada.

É importante pontuar, também, que o primeiro passo para o professor que atua na educação quilombola é estar a par da legislação que embasa essa modalidade. Por isso, foi questionado aos sujeitos participantes da pesquisa sobre o conhecimento dos mesmos sobre a legislação acerca da educação étnico-racial e quilombola.

Como resultado, nove dos professores desconhecem os aspectos legais da educação quilombola e étnico-racial, o que traz certa preocupação, já que a falta desse conhecimento prejudica a efetivação de um ensino que valorize e respeite os aspectos que dizem respeito os alunos objetos da educação quilombola. (OLIVEIRA, 2019).

Ou seja, somente ao conhecer o que diz esses documentos legais, é possível pensar em uma prática que priorize a criança como um todo e não apenas o aprendizado de conteúdos pré-estabelecidos, mas oportunize aprender sobre as particularidades da sua comunidade e do seu povo, contribuindo para a construção da identidade da criança e a produção de uma imagem positiva de si mesmo.

Na quinta questão, buscava saber: Com que frequência você trabalha conteúdos que envolvem a história e a cultura africana? Os dados dessa questão são bastante preocupantes, pois apenas quatro profissionais afirmam trabalhar sempre ou muitas vezes os conteúdos referentes a história e cultura africana, o que já é preocupante ao considerar qualquer instituição de ensino no País, já que a inclusão dessa temática no currículo é obrigatória por lei. Porém, ao pensar no contexto de uma instituição de ensino pertencente a uma comunidade quilombola, esse fato traz ainda mais inquietações, pois é esse trabalho que favorece uma educação antirracista.

Farias (2018, p.26) explica sobre o papel da escola na busca pela equidade na educação, na busca por um atendimento que considere a diversidade dos educandos atendidos nas instituições de ensino:



Existem funções essenciais da escola que é ensinar; humanizar; socializar, mas a socialização nem sempre vai ocorrer de forma harmônica, podem existir muitos conflitos e é onde a escola precisa ficar atenta para a resolução desses conflitos, caso contrário pode acabar gerando o preconceito, e a exclusão de certas crianças. É necessário assumir e valorizar a cultura da própria comunidade, isso faz parte do processo de construção da cidadania, reforçando a identidade da comunidade, ajudando a superar as suas dificuldades, a combater as práticas desiguais, opressoras, injustas e a lutar em um cenário onde o que prevalece são as relações de poder; garantir o acesso ao saber sistematizado para que o sujeito possa exercer sua cidadania de forma autônoma, consciente e crítica e assim transforme o mundo.

Nessa ótica, ao apresentar uma imagem positiva do negro, tão discriminado na sociedade, para uma criança da educação infantil que está em processo de construção da sua identidade, o professor auxilia o mesmo a entender a grandeza dos seus antepassados, a necessidade de lutar por igualdade e combater o racismo e a construir uma concepção positiva acerca da sua história, sua comunidade, seu povo.

Também foi investigada a participação dos docentes em programas de formação continuada voltada ao ensino de educação étnico-racial e/ou quilombola, dos quais nove profissionais afirmam não ter participado e apenas oito relatam a participação em formação continuada sobre esse tema.

É importante perceber que entre os princípios da educação quilombola, está a “garantia de formação inicial e continuada para os docentes para atuação na Educação Escolar Quilombola” (BRASIL, 2012, Art. 8º). Além disso, há nas Diretrizes Nacionais um capítulo específico para tratar da formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na Educação Quilombola.

Apesar disso, mais da metade dos profissionais nunca tiveram nenhuma formação voltada à temática envolvida, o que influencia diretamente no trabalho que é desenvolvido, considerando que só a formação inicial não fornece preparação suficiente para compreender as necessidades relacionadas à educação quilombola. Diante dessa colocação, também foi questionado aos participantes se os

mesmos acreditavam ser importante possuir formação profissional voltada a essa temática para a efetivação de um trabalho mais relevante e significativo. Para essa questão, todos os sujeitos afirmaram que acreditam ser importante possuir esses conhecimentos. Essa perspectiva trazida pela pesquisa corrobora o que Pantoja (2017, p. 66) reforça ao afirmar que a formação constante é necessária e os conhecimentos acerca da “educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, ajudará o professor a desenvolver as suas atividades pedagógicas em comunidades quilombolas”.

Por fim, os docentes responderam a seguinte questão: Você gostaria de receber sugestões e conteúdos de atividades para trabalhar a educação quilombola durante todo o ano?

Como resultado, apenas um professor respondeu não ter interesse. Os outros 16 professores manifestaram interesse nesse tipo de suporte para um trabalho mais efetivo. Com base no resultado geral e nas observações realizadas no CMEI “Bem-me-quer” foi possível analisar que a instituição não mantém uma educação quilombola conforme orientam as Diretrizes Nacionais para a Educação Quilombola. Apesar de estar inserida no território de uma comunidade reconhecida como quilombola, a creche em si, tanto na questão do currículo quanto na estrutura física, não se difere dos demais CMEI’s do município, seguindo o mesmo padrão. Quando ao ensino, embora haja orientação por parte do setor pedagógico da instituição para trabalhar questões envolvendo temas étnico-raciais durante todo o ano, não há menção ou foco na educação quilombola, na cultura local, datas comemoradas na comunidade e demais aspectos, seguindo normalmente o calendário comum a todas as escolas do município, sem adequação ao contexto da comunidade quilombola.

Pensando nos resultados obtidos, a possibilidade de realização de uma formação voltada aos professores que atuam na instituição surgiu como uma possibilidade, com o intuito de contribuir com a prática dos mesmos e, conseqüentemente, com um ensino mais contextualizado e que favoreça a formação integral do educando atendido no CMEI “Bem-me-quer”.

## 4. CONCLUSÃO

A educação é um direito da criança e um compromisso de todos. É necessário que a escola seja um ambiente de construção do conhecimento, que respeite as especificidades de cada educando e que seja responsável por oportunizar um ensino de qualidade para que a criança possa se desenvolver integralmente. O professor surge, nesse contexto, como agente de mudança, na busca por uma educação mais justa, sem desigualdades e em que todos tenham as mesmas oportunidades, de modo que garanta, a partir de ações planejadas, apresentar à criança uma imagem diferente daquela que a sociedade tenta estabelecer como padrão e demonstrando que nenhum povo é superior a outro.

Contudo, são grandes as dificuldades encontradas pelos professores para efetivar esse trabalho, pois o despreparo é uma realidade vivenciada, tanto em relação às orientações legais que dispõem sobre o trabalho que envolve a educação étnico-racial e quilombola, quanto à falta de recursos pedagógicos específicos, pois não há disponível na escola materiais didáticos que reconheçam e representem os povos negros como destaque. Livros de literatura negra, por exemplo, não existem em grande parte das escolas, bem como jogos pedagógicos. Dessa forma, quando os professores desejam utilizar recursos como estes, ou precisam adquirir com recursos próprios ou precisam confeccionar. Algumas possibilidades são encontradas na internet, mas ainda com muitas dificuldades, fato que se constitui como um desafio a ser superado e, diante dessa afirmativa, se fortalece ainda mais a importância de capacitar os profissionais para atuar como se espera, ou seja, valorizando a identidade negra.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB 8/2012**. Disponível em <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/diretrizes\\_nacionais\\_educacao\\_escolar\\_quilombola.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/diretrizes_nacionais_educacao_escolar_quilombola.pdf)> Acesso em 01 set. 2021.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e ba-

ses da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)> Acesso em 06 dez. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em 25 ago. 2021

CARVALHO, H. I. S. C. **Práticas corporais nas comunidades quilombolas: Significados das manifestações culturais na escola de Monte Alegre**. Dissertação (Pós-graduação em Educação Física). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: 2014. 110 f. Disponível em <[https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/7257/1/tese\\_7480 DISSERT.%20HELOISA%20IVONE.pdf](https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/7257/1/tese_7480 DISSERT.%20HELOISA%20IVONE.pdf)> Acesso em 01 set. 2021

FARIAS, A. M. **A importância do ensino da diversidade étnico-racial na educação infantil**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2018. 54 f. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11190/1/AMF11072018.pdf>> Acesso em 01 nov. 2021

MAROUN, K. Jongos e Educação Física Escolar: Tecendo caminhos para o (re) conhecimento de comunidades quilombolas no ensino básico. **Cadernos de Formação RBCE**, p. 94-105, mar. 2019. Disponível em <<http://revista.cbce.org.br/index.php/cadernos/article/view/2360>> Acesso em 01 Nov. 2020

OLIVEIRA, É. J. **Educação escolar quilombola na comunidade Jatobá: práticas pedagógicas e fazeres Quilombolas**. Dissertação (Mestrado em Ensino). Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Mossoró, RN, 2019. 101 f. Disponível em: <[https://repositorio.ufersa.edu.br/bitstream/prefix/5524/1/%c3%89lidaJO\\_DISSERT.pdf](https://repositorio.ufersa.edu.br/bitstream/prefix/5524/1/%c3%89lidaJO_DISSERT.pdf)> Acesso em 01 nov. 2021

SILVA, M. I. L. Educação escolar quilombola nas políticas educacionais: um olhar através dos estudos pós-coloniais. **Anais do II Congresso de Pesquisadores (a)**

**Negros (a) do Nordeste.** 29, 30 e 31 de maio. João Pessoa: 2019. Disponível em: <[https://www.copenenordeste2019.abpn.org.br/resources/anais/13/copenenordeste2019/1562288174\\_ARQUIVO\\_c15da5f6d0e3ffa93087b4328a2d3051.pdf](https://www.copenenordeste2019.abpn.org.br/resources/anais/13/copenenordeste2019/1562288174_ARQUIVO_c15da5f6d0e3ffa93087b4328a2d3051.pdf)> Acesso em 01 nov. 2021.

SILVA, Maurício. Da educação eurocêntrica à educação antirracista: uma introdução. **Dialogia**, São Paulo, n. 38, p. 1-10, e20213, maio/ago. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.5585/38.2021.20213>>.